

# 25º Exame de Ordem - 1ª fase - 2004

## Deontologia Jurídica

1. Numa audiência de instrução e julgamento na 48ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, quando fazia sustentação oral, o Advogado do réu injuriou o Advogado do autor.

Pergunta-se: O que pode acontecer ao Advogado do réu?

- (a) Ser advertido pelo Juiz que presidia aquela audiência, pela injúria proferida;
- (b) Ser processado criminalmente pelo ofendido, pelo crime de injúria;
- (c) Ser processado criminalmente e disciplinarmente, pela injúria proferida;
- (d) Ser processado criminalmente, disciplinarmente e civilmente, pela injúria proferida;

2. O Advogado WILLIAM XAVIER, regularmente inscrito na OAB/RJ e sem antecedentes disciplinares, envia "mala direta" a pessoas aposentadas, dizendo-se especialista em previdência social e oferecendo seus serviços profissionais para revisão judicial dos proventos da aposentadoria.

Pergunta-se: Como você classifica tal atitude de William Xavier?

- (a) Ele praticou um ato ilícito, previsto em nosso Código Civil vigente;
- (b) Ele praticou um crime, previsto e punível pelo Código Penal;
- (c) Ele cometeu uma infração disciplinar, prevista e punível com a pena de suspensão pelo Estatuto da Advocacia e da OAB;
- (d) Ele cometeu uma infração disciplinar, prevista e punível com a pena de suspensão pelo Estatuto da Advocacia e da OAB.

3. Qual das seguintes hipóteses fere disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB:

- (a) Numa ação trabalhista em que é Reclamada a empresa onde José da Silva trabalha como Advogado empregado, este se recusa a funcionar como Advogado e Preposto da empresa naquela ação trabalhista;
- (b) Constituído para reivindicar a propriedade de 10 (dez) lotes de terreno, o Advogado José da Silva contrata com o cliente (autor da ação reivindicatória), a título de honorários advocatícios, a entrega de 2 (dois) daqueles lotes;
- (c) Contrariando sentimento pessoal, o advogado José da Silva assume e realiza a defesa, num processo criminal, de uma pessoa que está presa, acusada de prática de um crime hediondo;
- (d) Arrolado como testemunha do marido num Ação de Divórcio, o Advogado José da Silva, embora autorizado por sua ex-cliente (autora daquela ação), recusa-se a depor, alegando o dever da guarda do sigilo profissional.

4. 04 - Qual das afirmativas abaixo está em perfeito acordo com o disposto no Código de ética e Disciplina da OAB?

- (a) O Advogado pode substabelecer a um colega, sem reserva de poderes, o mandato outorgado pelo cliente, sem comunicação prévia ao mesmo cliente;
- (b) O Advogado pode anunciar os seus serviços profissionais em jornais e revistas, sem restrições, sendo vedada apenas a utilização de "outdoor";
- (c) O Advogado deve recusar-se a depor como testemunha sobre fato relacionado com pessoa que é sua cliente, salvo se autorizado pelo mesmo cliente;
- (d) O Advogado que renuncia ao mandato no curso de um processo, por sua própria iniciativa, tem direito de receber parte dos honorários de sucumbência, calculado proporcionalmente ao serviço por ele prestado.

5. O Advogado RICARDO LIMA - a quem a OAB/RJ já havia aplicado uma punição disciplinar - por desinteresse e sem o conhecimento do cliente, abandonou a causa para a qual fora por este constituído e que tramitava na 36ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Pergunta-se: Qual a pena disciplinar será aplicada, no caso, ao Advogado Ricardo Lima?

- (a) Pena de advertência;
  - (b) Pena de Censura com ou sem multa);
  - (c) Pena de Suspensão do exercício da advocacia (com ou sem multa);
  - (d) Pena de exclusão do Quadro de Advogados da OAB/RJ.
6. A partir das afirmações abaixo, marque a alternativa correta.
- (a) A advocacia é compatível com a atividade de membros da Mesa do Poder Legislativo;
  - (b) Não constitui infração disciplinar deixar de pagar as contribuições, multas e preços de serviços devidos a OAB, depois de notificado a fazê-lo;
  - (c) Prescreve em cinco anos a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo do vencimento do contrato, se houver;
  - (d) Embriaguez habitual não se inclui na conduta incompatível com a advocacia.

## Direito Constitucional

7. Quanto ao poder constituinte derivado podemos afirmar que:
- (a) Tem como principais características ser secundário, autônomo, incondicionado e limitado;
  - (b) No exercício do poder constituinte decorrente atua de forma ilimitada, dada a autonomia dos Estados Membros no sistema federativo;
  - (c) Pode ser dividido em poder constituinte reformador, sendo o poder de modificar a Constituição da República e, no poder constituinte decorrente, poder de instituir a constituição estadual;
  - (d) No que tange a Constituição Federal, possui apenas limitações materiais e circunstanciais.
8. Sobre os direitos fundamentais podemos afirmar que:
- (a) Não são absolutos, podendo ser relativizados diante de conflitos entre normas constitucionais;
  - (b) Estão dispostos no rol taxativo do art. 5º da Constituição Federal;
  - (c) São considerado pelo art. 60 da CRFB/88 como limitações formais ao poder constituinte derivado;
  - (d) De acordo com a Constituição Federal , as normas definidoras de direitos fundamentais, possuem eficácia mediata e limitada.
9. Das afirmativas abaixo, assinale a opção INCORRETA:
- (a) A Constituição Federal garante aos deputados e Senadores imunidades formal e material, enquanto aos vereadores somente imunidade material;
  - (b) Podemos afirmar que é característica das Federações a inadmissibilidade do direito de secessão;
  - (c) Quanto à repartição de competências na federação brasileira podemos afirmar que, excluídas as competências comuns e concorrentes, a Constituição arrola taxativamente as competências da União e dos Municípios, cabendo aos Estados Membros as competências remanescentes, com exceção das competências tributárias cuja competência residual é exercida pela União;
  - (d) De acordo com a Constituição vigente podemos afirmar que as normas originárias formalmente constitucionais podem sofrer controle de constitucionalidade caso conflitem com as normas materialmente constitucionais.
10. No que se refere ao poder constituinte, marque a opção correta:
- (a) A convocação do poder constituinte originário implica na restauração de uma ordem jurídica pretérita, invocando-se as tradições culturais do povo e a manutenção do status quo da sociedade.
  - (b) O poder constituinte derivado tem a função de regulamentar o texto constitucional, não sendo lícito afirmar que poderá modificá-lo.
  - (c) Enquanto convocado, o poder constituinte originário de essência democrática, poderá modificar relações jurídicas em curso, interferindo no funcionamento de órgãos políticos antes mesmo da "promulgação" da nova Constituição.

(d) Duas são as funções primordiais do poder constituinte derivado: regulamentar o texto constitucional, produzindo normas infraconstitucionais; e promover a reforma da Carta através de produção de normas constitucionais derivadas.

11. Concernente a direitos e garantias fundamentais, marque a única opção correta:

- (a) As ações de habeas corpus, de mandado de segurança e de habeas data, são gratuitas.
- (b) A sucessão de bens estrangeiros situados no Brasil será sempre regulada pela lei brasileira, em benefício dos cônjuges ou dos filhos brasileiros.
- (c) É vedada, em qualquer hipótese, a instituição de associação de caráter paramilitar.
- (d) O prazo prescricional para propositura de ação relativa a créditos trabalhistas é de cinco anos, contados da data da rescisão do contrato de trabalho.

12. Acerca do devido processo legislativo constitucional, assinale a opção correta:

- (a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é possível a revogação de uma medida provisória por outra com o objetivo de desobstruir a pauta da Casa Legislativa em que estiver tramitando.
- (b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a sanção do projeto de lei supre a falta de iniciativa do Poder Executivo.
- (c) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nas hipóteses de ausência eventual ou afastamento por licença do Presidente do Senado Federal, cabe ao 1º Vice-Presidente da Mesa do Senado Federal convocar e presidir a sessão conjunta do Congresso Nacional.
- (d) É incompatível com o regime especial das medidas provisórias a aprovação de emendas parlamentares de mérito. Assim, a redação original deverá necessariamente coincidir com a redação final caso as Casas Legislativas resolvam convertê-las em leis ordinárias.

## Direito Internacional

13. Qual das alternativas abaixo discorre de maneira correta sobre o Instituto da Nacionalidade:

- (a) A opção de nacionalidade é um processo administrativo dirigido ao Ministro da Justiça;
- (b) O estrangeiro, de nacionalidade angolana, com visto de trânsito para o Brasil se naturaliza após um ano de permanência;
- (c) O estrangeiro que pretenda optar pela nacionalidade brasileira deverá renunciar a nacionalidade de origem perante a Polícia Federal;
- (d) A opção de nacionalidade é um processo de jurisdição voluntária cuja competência para processar e julgar é da Justiça Federal.

14. Nos últimos anos temos visto no cenário internacional que cresce cada vez mais o número de estrangeiros que solicitam o refúgio no Brasil.

Sobre o tema podemos afirmar que o órgão para conceder o status de refugiado no Brasil é:

- (a) A Secretaria de Direitos Humanos - SDH;
- (b) O Ministério das Relações Exteriores - MRE;
- (c) O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR;
- (d) O Comitê Nacional para refugiados - CONARE.

15. Leia com atenção o trecho do tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Européia, para após, marcar a **opção correta**:

Sua majestade o rei dos belgas, o Presidente da República Federal da Alemanha, o Presidente da República Francesa, o Presidente da República Italiana, sua Alteza Real a Grã - Duquesa do Luxemburgo, sua Majestade a rainha dos Países baixos.

Determinados a estabelecer os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus;

Decididos a assegurar, mediante uma ação comum, o progresso econômico e social dos seus países, eliminando as barreiras que dividem a Europa,

Fixando como objetivo essencial dos seus esforços a melhoria constante das condições de vida de trabalho dos povos.

- (a) Trata-se de um trecho da parte dispositiva de um tratado bilateral;
- (b) Trata-se de um trecho do preâmbulo de um tratado bilateral;
- (c) Trata-se de um trecho do preâmbulo de um tratado multilateral;
- (d) Trata-se em trecho da parte dispositiva de um tratado plurilateral.

16. Sobre o passaporte comum podemos afirmar que:

- (a) É válido por até cinco anos, improrrogáveis;
- (b) É válido por até dez anos, improrrogáveis;
- (c) É válido por até três anos prorrogáveis por igual período;
- (d) É válido por até oito anos, prorrogável por igual período.

## Direito Administrativo

17. O recurso administrativo que poderá ser proposto a qualquer tempo, desde que haja fatos novos é:

- (a) Pedido de reconsideração;
- (b) Recurso administrativo, propriamente dito;
- (c) Recurso hierárquico impróprio;
- (d) Revisão.

18. A aprovação de candidato, em concurso público, gera para o aprovado:

- (a) Direito certo, mas não líquido.
- (b) Direito líquido e certo à nomeação.
- (c) Direito líquido, mas não certo.
- (d) Mera expectativa de direito, dependente do critério da Administração no que se refere à oportunidade e conveniência.

19. A exigência de recuo de determinado número de metros em construção a ser levantada em terreno urbano particular, imposta por lei municipal, constitui:

- (a) Servidão predial.
- (b) Servidão administrativa.
- (c) Limitação administrativa.
- (d) Desapropriação parcial do terreno.

20. No exercício do controle externo, não compete ao Tribunal de Contas da União:

- (a) Aplicar multas aos responsáveis por ilegalidades de despesa pública;
- (b) Fiscalizar aplicação de qualquer recurso federal por Estado ou Município;
- (c) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal por concurso público;
- (d) Fiscalizar as contas internacionais de empresas supranacionais de cujo capital social a União participe.

## Direito Tributário

21. Não depende de lei:

- (a) A cominação de penalidade para infrações da legislação tributária;
- (b) A definição do fato gerador da obrigação tributária principal;

(c) A atualização monetária da base de cálculo;

(d) A redução de tributos.

22. É fato gerador do imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, exceto os de garantia:

(a) A arrematação de imóvel em hasta pública;

(b) A doação de imóvel com reserva de usufruto;

(c) A incorporação de imóvel ao patrimônio de pessoa jurídica em realização do seu capital;

(d) A cessão de quotas do capital de sociedade cuja atividade preponderante é a compra e venda de imóveis.

23. Compete à União Federal, através de lei complementar:

(a) Determinar os casos em que o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidirá sobre as saídas de livros e periódicos;

(b) Instituir o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

(c) Determinar as hipóteses de isenção do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, levando em consideração a função social da propriedade;

(d) Instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária.

24. Em execução fiscal por tributo não pago, ajuizada contra sociedade por cota de responsabilidade limitada dissolvida irregularmente, é promovida a citação dos sócios, como responsáveis tributários, sendo que apenas um deles exerceu a gerência da sociedade. Qual das respostas abaixo está correta:

(a) A responsabilidade pelo tributo não pago é de todos os sócios, pela totalidade da dívida;

(b) Nenhum dos sócios é responsável em face da dissolução da sociedade;

(c) Somente o sócio gerente é responsável, mas pelo valor da sua participação no capital social;

(d) Somente o sócio gerente é pessoal e integralmente responsável pelo débito.

## Direito Trabalhista

25. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a embriaguez do empregado:

(a) Só admite a extinção do contrato de trabalho, por justa causa, se este se embriagar habitualmente em serviço;

(b) Permite a extinção do contrato de trabalho, por justa causa, se a embriaguez for habitual ou em serviço;

(c) Não propicia a demissão por justa causa;

(d) Só permite a extinção do contrato de trabalho, por justa causa, se essa embriaguez ocorrer fora do serviço, independente de sua freqüência.

26. Não possui natureza salarial:

(a) A gratificação de função ajustada pelas partes em contrato de trabalho;

(b) As comissões recebidas pelas vendas de produtos do empregador;

(c) As diárias para a viagem que excedam de 50% do salário recebido pelo empregado;

(d) A ajuda de custo que não exceda de 50% da remuneração do empregado.

27. No Ajuizamento do dissídio coletivo deve ser observado (a):

I) O ajuizamento durante os sessenta dias anteriores ao término da vigência da convenção ou o acordo coletivo anteriormente firmado, para que a

decisão normativa possa ter vigência no dia imediato a esse termo;

II) A formulação prévia de proposta reivindicatória visando solucionar o conflito coletivo de trabalho e a base de conciliação;

III) A autorização da categoria, através de assembléia geral;

IV) O esgotamento da negociação coletiva e a recusa de qualquer das parte à arbitragem.

- (a) As proposições I,II e III estão incorretas
- (b) As proposições I e III estão corretas
- (c) As proposições I,II e III estão corretas
- (d) Todas as proposições estão corretas

**28.** Dulce Amado é doméstica prestando serviços na residência de Pantaleão Gumerindo que fica na cidade do Rio de Janeiro, desde 1999.

Acontece que não tendo a sua CTPS anotada até a presente data, Dulce resolveu ajuizar uma reclamação trabalhista pedindo somente o registro de sua CTPS, pois as verbas decorrentes desse contrato a família empregadora sempre honrou corretamente. Considerando que a doméstica reside em Duque de Caxias, a ação deve ser proposta:

- (a) No Rio de Janeiro, por ser o local da prestação de serviço;
- (b) No domicílio da doméstica, em Duque de Caxias;
- (c) Na localidade de livre escolha da doméstica, desde que no Rio de Janeiro ou Duque de Caxias;
- (d) Em Petrópolis, local em que a doméstica foi contratada.

**29.** Um empregado com contrato de trabalho devidamente formalizado, sofre acidente de trabalho e, em face disso é afastado da fábrica e encaminhado ao seguro social, por 6 meses seguidos. Pergunta-se:

- (a) O empregador, em face de ter encaminhado o acidentado ao seguro social próprio, fica desobrigado de recolher os depósitos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, na medida em que, durante 6 meses, inexistiu prestação de serviços;
- (b) Continua o empregador, mesmo ausente o empregado, por 6 meses, sem prestar qualquer trabalho, obrigado ao recolhimento dos valores do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço;
- (c) A Caixa Econômica Feral, gestora do sistema fundiário, pode, porque ausente prestação de serviços, isentar a fábrica desse recolhimento;
- (d) Empregado fica desobrigado de recolher tão somente cinquenta por cento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, em virtude de o empregado ter sofrido acidente de trabalho.

**30.** Como se organiza uma Confederação;

- (a) Com, no mínimo, 3 sindicatos estaduais;
- (b) Com, no mínimo, 3 sindicatos municipais;
- (c) Com, no mínimo, 5 sindicatos localizados no mesmo Estado;
- (d) Com, no mínimo, 3 federações estaduais.

## Direito Penal

**31.** João voltava de um jogo de futebol revoltado face a mais uma derrota de seu clube do coração, trafegando com seu automóvel em velocidade permitida quando subitamente sofreu uma "fechada" do veículo ao lado. No momento em que ambos pararam no sinal de trânsito, João desceu de seu carro e munido com uma barra de ferro partiu em graves ameaças à pessoa do outro motorista que permaneceu imóvel, enquanto João passou a desferir pancadas com a barra de ferro contra o automóvel de seu algoz, destruindo-o parcialmente. Pergunta-se: uma vez oferecida a inicial pelo crime de dano qualificado, previsto no art. 163, parágrafo único do Código Penal, o processo em face de João seguirá o procedimento:

- (a) Ordinário, pois o crime foi praticado com violência ou grave ameaça à pessoa;

- (b) Sumaríssimo, próprio dos Juizados Especiais Criminais, pois a pena é inferior a um ano;
- (c) Sumário, pois o crime é apenado com reclusão;
- (d) Sumário, pois o crime é apenado com detenção e a pena excede a dois anos.

32. A contracautela própria da prisão em flagrante legal, porém desnecessária, dispensável, ou seja, quando ausentes os pressupostos que legitimam a manutenção da segregação cautelar do indivíduo é a:

- (a) Liberdade provisória, com ou sem fiança, conforme o caso;
- (b) Revogação;
- (c) Livramento condicional;
- (d) Relaxamento de prisão

33. O apenado primário mas de péssimos antecedentes, presentes os demais requisitos que autorizam a concessão do direito:

- (a) Faz jus a livramento condicional, desde que cumprida mais da metade da sua pena;
- (b) Faz jus a livramento condicional, desde que cumpridos um terço e mais um dia de sua pena;
- (c) Faz jus a livramento condicional, desde que cumpridos mais de um quarto de sua pena;
- (d) Não faz jus a livramento condicional..

34. O indivíduo de personalidade e conduta social consideradas boas, condenado a pena privativa da liberdade não superior a dois anos e ao qual não seja indicada a mera suspensão por qualquer das penas previstas no art. 44, do Código Penal faz jus a:

- (a) Livramento condicional;
- (b) Suspensão condicional do processo;
- (c) Suspensão condicional da execução da pena;
- (d) Transação penal

35. Na norma penal em branco:

- (a) Não há preceito primário e nem sanção;
- (b) Não há preceito primário e nem secundário;
- (c) O juiz é quem cria o tipo penal;
- (d) O preceito apresenta lacunas que devem ser completadas com outra disposição legal.

36. Sobre as offenculas pode-se dizer que:

- (a) São instrumentos que objetivam impedir ou dificultar a ofensa ao bem jurídico; e aquele que deles faz uso não pratica conduta antijurídica;
- (b) São instrumentos de defesa da honra e perfeitamente passíveis de utilização;
- (c) Aquele que delas se utiliza não pratica crime, tendo em vista que a conduta não é típica;
- (d) Aquele que delas se utiliza não pratica crime, tendo em vista que a conduta não é culpável.

37. Suspensão condicional da pena:

- (a) O sursis é cabível qualquer que seja a pena imposta ao condenado;
- (b) A revogação é facultativa no caso de condenação irrecorrível por crime culposos a pena de multa;
- (c) O condenado no primeiro ano de suspensão deverá prestar serviços à comunidade e submeter-se à limitação de fim de semana;
- (d) É mister a prorrogação do prazo da suspensão se o beneficiário está sendo processado por outro crime.

38. Extinção da punibilidade:

- (a) O induto é ato do Poder Legislativo dirigido aos crimes comuns;
- (b) A perempção é a perda do direito de ação, antes de iniciada esta, pela inércia do querelante;
- (c) A decadência é a perda do direito de ação, antes de iniciada esta, pela inércia do ofendido nos prazos previstos na lei;
- (d) A graça faz desaparecer o crime de tal modo que os favorecidos por ela readquirem a condição de primários.

## Direito Civil

39. À luz do ordenamento processual pátrio, é INCORRETO afirmar que:

- (a) Os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios e respectivas autarquias são dispensados de preparo;
- (b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte;
- (c) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei;
- (d) O recorrente pode desistir de qualquer recurso, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido.

40. Desesperado com o sumiço de "Kelly", sua cachorrinha de estimação, Felipe, além de espalhar diversos cartazes pelas ruas de sua cidade, fez anunciar nos veículos de grande circulação da imprensa falada e escrita uma promessa de recompensa para quem a encontrasse no prazo máximo de dez dias. No terceiro dia subsequente à vigência de sua promessa, Felipe retirou a oferta inicialmente feita, publicando a revogação com igual freqüência e através dos mesmos meios de comunicação. Contudo, no décimo e último dia, "Kelly" foi encontrada por Guilherme, que a levou às mãos de seu dono. Com base nesta breve narrativa fática, marque a alternativa **correta**:

- (a) Guilherme nada receberá, pois Felipe, antes do término do prazo assinado de dez dias, promoveu, nos exatos moldes da promessa, a revogação da recompensa;
- (b) Guilherme fará jus à recompensa, pois o instituto da promessa de recompensa não admite revogação para toda e qualquer hipótese;
- (c) Guilherme nada receberá, uma vez que sua pretensão não encontra abrigo na Legislação Civil, por ausência de disposição legal acerca de promessas de recompensa;
- (d) Guilherme fará jus à recompensa, uma vez que a assinatura de prazo específico para a execução de uma tarefa - encontrar a cachorrinha de Felipe - implica, necessariamente, na renúncia ao direito de retirar a oferta durante aquele período preestabelecido.

41. Após descobrir o adultério de João, Flávia não hesitou em romper de vez o vínculo conjugal que com ele mantinha há longos 23 anos.

Ultrapassado o tempo exigido por lei, Flávia ajuizou a competente ação de separação litigiosa. João, indignado com o ato praticado por Flávia, passou a destruir os bens comuns do casal que se encontram em sua posse. Flávia, no intuito de proteger os referidos bens, deverá ajuizar ação cautelar incidental de:

- (a) Arresto;
- (b) Arrolamento;
- (c) Seqüestro;
- (d) Demarcação de bens

42. Sobre a extinção dos contratos, assinale a opção **correta**:

- (a) No caso de resolução por onerosidade excessiva, os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação;
- (b) A cláusula resolutiva tácita independe de interpelação judicial, operando-se de pleno direito;
- (c) A exceção do contrato não cumprido cabe tanto nos contratos bilaterais quanto nos unilaterais;

(d) A rescisão unilateral opera-se, em regra, mediante retenção da prestação pela parte que não mais deseja o contrato.

43. Com relação à cláusula penal é correto afirmar que:

- (a) Representa um sucedâneo pré-avaliado das perdas e danos devidos pelo inadimplemento do contrato;
- (b) Para se exigir o valor da cláusula penal da parte inadimplente é necessário que se comprove o prejuízo ocasionado pelo descumprimento da avença;
- (c) Caso o prejuízo ocasionado pelo descumprimento contratual exceda o valor previsto na cláusula penal, poderá ser exigida indenização suplementar, se assim foi convencionado;
- (d) Num mesmo contrato, as partes podem pactuar a cláusula penal moratória e compensatória.

44. Quanto à responsabilidade civil aquiliana pode-se afirmar:

- (a) Limita-se única e exclusivamente à pessoa de agente;
- (b) Para sua caracterização depende sempre da comprovação da culpa;
- (c) Ocorrendo excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, o juiz poderá reduzir, eqüitativamente, o valor da indenização;
- (d) A nossa sistemática jurídica não admite a responsabilização por omissão.

45. Com base na atuais concepções normativas acerca dos direitos reais, estabelecidas pelo Código Civil de 2002, marque a assertiva correta:

- (a) A convenção de condomínio é oponível contra terceiros, independentemente do fato de não estar registrada no cartório de Registros de Imóveis;
- (b) O possuidor de má-fé não tem direito à indenização por quaisquer benfeitorias realizadas;
- (c) Os direitos reais sobre imóveis transmitidos causa mortis só se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- (d) Na hipótese de alienação de unidade de condomínio, a responsabilidade por débitos do imóvel relativamente ao condomínio está a cargo do adquirente.

46. Sobre os vícios da posse, diga qual a opção correta:

- (a) A violência, precariedade e clandestinidade são vícios sanáveis;
- (b) Só a precariedade é insanável, enquanto a clandestinidade e a violência são sanáveis;
- (c) A violência e a precariedade são vícios insanáveis ;
- (d) A violência, precariedade e clandestinidade são vícios insanáveis.

## Direito Comercial

47. Com relação às sociedades personificadas e não personificadas, assinale a alternativa **incorreta**:

- (a) A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito;
- (b) Independentemente de seu objeto, a sociedade por ações é sempre empresária;
- (c) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais;
- (d) Para a formação do capital social da sociedade limitada empresária, é facultada ao sócio a contribuição que consista em prestação de serviços.

48. Assinale a alternativa **correta**:

- (a) Nas sociedades anônimas, o capital social poderá ser formado com contribuições em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em

dinheiro, desde que referida avaliação seja feita por 1 (um) perito, sendo vedada a contratação de empresa especializada para tal fim;

(b) Concluída a operação de incorporação, a sociedade incorporada não se extinguirá até que sejam satisfeitas todas as suas obrigações;

(c) De acordo com o Direito Brasileiro, é expressamente vedada a cessão, total ou parcial, da patente ou do pedido de patente;

(d) A nota promissória é uma promessa de pagamento, e deve conter como um dos requisitos essenciais para sua validade o nome da pessoa a quem deve ser paga.

**49.** Marque a resposta correta:

São requisitos preliminares para a constituição de uma companhia:

(a) Subscrição, pelo menos por duas pessoas, de todas ações em que se divide o capital social fixado no estatuto; realização, como entrada, de 10% ( dez por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro; e depósito, no Banco do Brasil ou outro banco autorizado pela Comissão de Valores Imobiliários, da parte do capital realizado em dinheiro;

(b) Subscrição, pelo menos por uma pessoa, de todas as ações em que se divide o capital social; realização, como entrada, de 15% (quinze por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro; e depósito, somente no Banco do Brasil da parte do capital realizado em dinheiro.

(c) Subscrição, pelo menos por três pessoas, de todas ações em que se divide o capital social fixado no estatuto; realização, como entrada, de 5% (cinco por cento), no mínimo, no preço de emissão das ações subscritas em dinheiro; e depósito, no Banco do Brasil ou outro banco autorizado pela Comissão de Valores Imobiliários, da parte do capital realizado em dinheiro;

(d) Subscrição, pelo menos por duas pessoas, de todas ações em que se divide o capital social fixado no estatuto; realização, como entrada, de 20% (vinte por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro; e depósito, somente no Banco do Brasil, da parte do capital realizado em dinheiro.

**50.** Quais são as garantias da debênture:

(a) Subordinativa aos demais credores da companhia e real;

(b) Real e flutuante;

(c) Preferencial e juros;

(d) Flutuante e subordinativa aos demais credores da companhia.